

PATRIMÔNIO - PATINHO FEIO E ENJEITADO: SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA A GEOGRAFIA

Eduardo Yázigi

Professor doutor da Universidade de São Paulo / DG - USP
Cidade Universitária – Av. Prof. Lineu Prestes, 338, São Paulo (SP) - Brasil
edyaz@usp.br

Recebido 15 de julho de 2013, aceito 25 de agosto de 2013

RESUMO: O texto explora as razões políticas e culturais que obstam a boa diligência com o patrimônio, considerado do ponto de vista ambiental, inspirados na Carta de Veneza de 1964: as áreas envoltórias de edificações interessantes também são importantes de ser preservadas. Ambiente significa relação! Alguns pontos decisivos enquanto sustentáculos da qualidade de vida: a) Prioridade na implantação de espaços de vida em áreas pobres, apoiados pelo sistema de cooperativas; b) Como o Brasil foi muito negligente com seu patrimônio colonial e o do século XIX, as novas construções devem ser dotadas de qualidades consideradas memórias par ao futuro. Assim, o patrimônio deve abarcar o passado e o futuro.

Palavras chave: Patrimônio ambiental; negligência administrativa e cívica; memória social urbana e política urbana.

ABSTRACT: This text explains cultural and political reasons impeaching a good care of patrimony, considered under the environmental concept, born with the Venice Chart from 1964: surrounding areas with interesting buildings are also very important to be preserved. Environment means relation! Here some very important points to hold on urban environment as quality of life: a) Priority implanting spaces of life on poor areas, helped by a cooperative system; b) As Brazil was very negligent with its patrimony from colonial times and the 19th century, new constructions must have qualities that could be considered memories for the future. So, patrimony is the past and also the future.

Key words: environment patrimony; administrative and civic negligence; social urban memory and urban politics.

SEQUÊNCIA DE ABORDAGENS

Pergunta inicial. O discurso sempre precede a cidade, sempre! A cultura do feio. Contradições e possibilidades da Geografia. Outras considerações sobre a patrimonialização. A síndrome de Monalisa. Precauções. Sobre a ética das associações ancoradas na espacialidade.

PERGUNTA INICIAL

A Geografia se define como sendo a grande ciência voltada ao entendimento do espaço, considerado inseparável da sociedade. Alguns autores, eu inclusive, admitem que o espaço seja uma instância da sociedade. A par dos grandes espaços de escala regional, nacional ou internacional e outras questões relevantes, somos agraciados por uma consagrada visão do geógrafo André Frémont, em *Região, espaço vivido*. Sobre isto, coloco uma que pergunta: região vivida, sim, mas em espaços de quais tamanhos?

O DISCURSO SEMPRE PRECEDE A CIDADE, SEMPRE!

Quem pesquisa sobre questões nacionais tem de admitir: há obras às golfadas que enriquecem a bibliografia a cada mês que passa. De fato, não existe exercício acadêmico mais fácil do que criticar o Brasil, seu modelo econômico e urbano em particular: também me insiro nessa ladainha, embora prefira me ater às miudezas geográficas da cidade.

Em várias áreas do conhecimento e das artes encontramos opiniões sobre o que seja uma boa obra. Sou admirador do notável historiador da arte E. H. Gombrich, que define uma bela obra quando não se pode a ela acrescentar ou

retirar qualquer coisa. Ela é de tal forma completa, que “força” a crítica a reconhecer tal completude. Esta mesma ideia se repete na Física quando Steven Weinberg comenta as catorze equações da Teoria da Relatividade de Albert Einstein: não podiam ser nem treze, nem quinze! Neste trêmulo equilíbrio do mundo em que vivemos podemos admitir que uma peça de teatro ou um filme são bons quando acenam com algum tipo de libertação: o parnasianismo já foi sepultado! Então: o que é uma cidade boa? E como manter um status ideal se seu dinamismo é permanente? Assim, a Filosofia precede a cidade e a Economia. Não vivemos para construir cidades, mas as construímos para nelas viver.

Muitos se perguntam qual a utilidade de se preservar o patrimônio arquitetônico. A maioria convém que seja útil à consciência histórica. Isto é lá verdade, mas não tanto. O longo processo de formação desta consciência é muito sofisticado; depende de incontáveis fontes de referência - fatos, documentos e interpretações por historiadores, filósofos, não sem evidenciar as contradições que fazem parte da natureza humana e dos regimes políticos. Trata-se na realidade de um exercício de fina erudição. Não obstante, o sentido da memória social também não é isento de contradições, pois ao contrário da História que deve primar pela objetividade, as reconstruções do passado pelos grupos sempre eliminam tudo o que deve ser esquecido. Um exemplo contundente: após longa e humilhante dominação da Grécia pelos otomanos, ao se libertar deste jugo, os helênicos nativos decidiram destruir toda arquitetura construída por aquele domínio. O mítico Rui Barbosa não ficou por menos: ao se tornar ministro, ordenou queimar todos os documentos possíveis relativos à escravidão, “uma nódoa que devia ser eliminada da História do Brasil”. Por isso tudo, parece valer mais reconhecer os mecanismos do esquecimento que são mais poderosos do que os da memória.

Até crianças imaginam como deveria ser uma cidade boa para se morar: um discurso, também limitado, que de seus pontos de vista precede a cidade. Mas onde estão as teorizações destinadas às cidades e regiões brasileiras? - isto é, segundo uma epistemologia calcada em fortes argumentos concatenados e não num mero ensaio. Neste propósito temos obrigatoriamente de reconhecer múltiplas referências sedimentadas pelo tempo, culturas regionais, condições climáticas, presença de imigrantes, e acima de tudo os valores unificadores da Nação. Pantanal, Lapônia, Abu Dabi ou Bósnia são entidades que exigem respostas personalizadas, inclusive situando o entendimento de como o lugar deve responder ao mundo globalizado. Se a academia não der resposta, o mercado a fará sozinho – um pressuposto urgente em tempo de mudanças alucinadas.

Os padrões urbanos, como existiram na Idade Média ou no Brasil colônia mal subsistem, salvo em lugares regidos por normas duras, coadjuvado por ampla consciência cívica. Em contrapartida, o entendimento corrente da suposta cidade democrática, muito falsificado em sua prática, vem atestando que sob o liberalismo cada um faz o que quer, especialmente quando a economia de rapina subverte o poder e instituições instituídos.

Sou de opinião que o livre agir nas coisas públicas é incompatível com a democracia porque é sociologicamente danoso aos direitos de todos. O *laissez faire* só é aceitável em âmbitos privados, e mesmo assim se não configurar danos ou intolerâncias sociais. De longa data a Prefeitura de Paris já dispunha de um departamento para coibir evidências de umidade nas células habitadas. O substrato da cidade democrática só pode ser o interesse comum, necessariamente amparado por normas, conforme citam os grandes teóricos (Heller, Berger). Como no Brasil é tradição cada um fazer o que quiser, o resultado são nossas desoladoras cidades formadas de cacos, discrepâncias, inobservâncias ao

envoltório, no estilo *Casa da Mãe Joana*. Cacos são raramente aceitáveis, salvo quando, por exemplo, somos brindados por um Gaudi.

Se a cidade anda um caco remendadorento, suja, intransitável, é porque houve sucessivos discursos legitimando tudo o que ora vai pelo dia a dia. Discursos silenciosos, feitos na calada da noite, discursos indicativos de como roubar melhor, discursos para se safar dos desastres da incompetência, discursos para esconder a pobreza, discursos de verdejantes estradas de aeroporto para não espantar o visitante, discurso que o diabo não tira do rascunho.

Patinho feio e enjeitado sim, porque nossas cidades e seu patrimônio são crias da incauta Mãe Municipal – essa que deu a luz antes de saber qual seria seu papel e o significado de ser mãe, como adolescentes que parem aos 12 ou 13 anos de idade.

Chegou à hora de passarmos da limitada iniciativa de nos preocuparmos com monumentos isolados para a noção de espaço vivido, vivificante graças ao novo conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, longamente trabalhado num livro sobre reencantamento da cidade, abaixo citado. Ambiente significa relação e impõe reconhecer seu envoltório específico que garante a qualificação do interesse social.

A CULTURA DO FEIO

As cidades brasileiras se tornaram decididamente feias, algumas se salvando graças às zonas nobres dos “bem nascidos”. Mas não era assim: até meados do século XX predominava uma singeleza bela e honesta. O livro do grande intelectual Stefan Zweig sobre o Brasil dos anos 1930 nos fala de um país onde até as favelas eram cheias de encanto, tanto quanto cidades de vários portes, senão com esplendor, pelo menos com dignidade.

Alguns fatores são decisivos para se avaliar a qualidade material de uma cidade: seu espaço público; as fachadas das edificações; a infraestrutura; os serviços e as condições gerais de limpeza... E, obviamente, por trás disso tudo, o grau de engajamento cívico de seus habitantes e a capacidade administrativa.

O espaço público, como em qualquer parte do mundo, compreende todas essas coisas e o modo como o conjunto foi concebido, desenhado, mantido, usado. Desgraçadamente, esta entidade suprema que é a cidade brasileira pode ser considerada a coisa mais estuprada da nação. Seu espaço público justifica a denominação de “Casa da Mãe Joana”, como explorei até a náusea em meu livro *O Mundo das Calçadas*. No Brasil espaço público significa o entupimento da maior parte das áreas que seriam exclusivamente de pedestres, cedidas à economia de rapina que tem recursos para alugar um lote, mas não o faz porque mais vale “mamar” nas vias de circulação grátis que seriam de “todos”. Espaço nomeadamente imundo porque seus usuários assim o são fora de suas casas. É perigoso porque crianças, idosos e deficientes físicos, dentre os mais vulneráveis, pensam várias vezes se vale a pena sair à rua. As calçadas são decididamente asquerosas e as piores de todo o Ocidente.

O patrimônio ambiental urbano é espelho da degradação do espaço público, não somente na cidade grande, como nas pequenas também. Um exemplo ultrajante: Aparecida do Norte, SP, abriga a célebre Basílica de fama internacional que lhe emprestou o nome; é a principal extensão do Papado no Brasil. Seus recintos intramuros são tão monumentais quanto impecáveis: dezenas de sanitários masculinos, outro tanto de femininos; cozinha gigante com várias pias e fogões para atender os romeiros que trazem sua comida. Possui ampla e larga marquise protetora do sol e da chuva, ligando a Basílica com um *mall* de artigos litúrgicos e uma conveniente praça de alimentação, além de dispor de milhares de vagas de estacionamento. Em compensação a cidade é de uma baixeza

execrável, talvez sem similar em outros centros de romaria do mundo. Apresenta ruas inteiras, absolutamente inteiras, tomadas por hotéis de arquitetura sem caráter e fachadas vergonhosas. A estação rodoviária, de projeto esdrúxulo, é sombria, quase fúnebre, semiabandonada, com dependências imundas, conforme dados por mim aferidos em 19/2/2013. Esta nota foi aqui inserida porque representa fatos que acontecem, negando o senso normativo de uso do solo, em toda a área de ambiência da velha Basílica, tombada pelo IPHAN. Nem mesmo Brasília, decretada patrimônio da humanidade, escapa da selvageria. Em Março de 2013 também documentei outro ultraje com fotos. Apesar de situar-se na zona de ambiência da Esplanada dos Ministérios, o Correio Nacional teve o atrevimento de apor faixas gigantescas nas fachadas de pelo menos dois de seus edifícios! Sim, como em tudo o Estado brasileiro se considera acima de qualquer suspeita, não passível de punição, com direito de dar os piores exemplos, contrariando as leis que ele mesmo inventou... Como pode a sociedade brasileira tolerar que um órgão nacional de proteção como o IPHAN feche os olhos a semelhantes cafajestices? Para que serve um “serviço” que demonstra total irresponsabilidade em seus atos? Outro relapso seu já foi por mim denunciado no entorno imediato, tombado, da Igreja da Candelária, RJ, em meu livro *Civilização Urbana*.

Nas cidades grandes, os rios são fluxos de esgotos, deprimentes e de natureza tão morta que mal podem ser qualificados de rios. Pelas ruas acumulam-se tufos de lixo que não adianta, em alguns lugares, a prefeitura limpar todos os dias porque duas horas depois o cidadão incivilizado as emporcalha novamente. Os espaços de trânsito de pedestres são alugados ou invadidos por negócios de variadas espécies, nomeadamente nas regiões centrais. São vampiros que se nutrem do espaço público legando aos demais cidadãos as ossadas do que foi deglutido. A sociedade civil não dá sinais de sentir vergonha.

O grau de civilização de um lugar pode ser medido pela densidade de idosos que frequentam lugares públicos. Sua saída ao espaço pedestre depende da resposta dada pela cidade: a rua propriamente dita, a calçada, o parque, o bar, o restaurante, o cinema, o teatro, o ônibus, o metrô, a feira... tudo isso é patrimônio – termo que vem de *pater*: aquilo que o pai lega ao filho. Mas qual calçada, parque, bar, restaurante, cinema, teatro, ônibus, metrô, feira, funciona com propriedade? Casos banais: as pútridas e mal remendadas calçadas; os degraus de acesso aos ônibus com seus bancos projetados para anões; os vários níveis de piso dos veículos; a roleta impeditiva para quem apresenta o menor sobrepeso; o sentido da marcha do usuário contra o sentido de marcha do ônibus... Isto é, uma maratona para atletas que nunca ganham troféus. Mas o que mais se trai no discurso oficial contra a infraestrutura é essa alardeada hipocrisia que afirma prioridades ao idoso, ao deficiente físico. *Patere tua concilia, non sentis?*

A catarrosa Praça Roosevelt de São Paulo, construída sob o infortúnio da gestão do Prefeito Paulo Maluf, teve de suportar quase meio século de suplícios até ser reformada, dispondo agora no centro uma laje com alguns bancos laterais. Mas a densa vizinhança de idosos não pode estrear o presente novo, tomado que foi por skatistas, patinadores e ciclistas que aterrorizam as pessoas com suas passagens rasantes. De nada adiantaram as denúncias jornalísticas subsequentes a esses atos! O mesmo se repetiu na última reforma da Avenida Paulista cujas diretrizes foram por mim dadas aos seus financiadores, em reunião convocada pela Associação Paulista Viva, realizada no MASP. Recomendiei que as calçadas ficassem o mais livre possível dos equipamentos que as entupiam. As testadas da avenida tiveram alguns vazios liberados, hoje tomados por skatistas e ciclistas em lazer que assombram os transeuntes. Calçadas não são patrimônios? Já não sabemos que urbanismo também é modo de vida? – como bem lembrou Louis Wirth desde a década de 1930?

A história da urbanização brasileira comporta uma sucessão de destruições de finas edificações, conforme historiadores documentam cada vez mais – cultura material que não tinha razão de ser posta abaixo. Essas poucas amostras são preconceitos contra tudo o que é antigo – a não ser confundido com “velho” que pode ser de fato inaproveitável às atuais condições.

O consumismo e as indústrias de equipamentos urbanos que se nutrem das prefeituras não têm sido responsabilizados pela liquidação do patrimônio – que não se resume apenas em belos edifícios históricos. O consumo incessante, como se sabe, constitui a coluna cujas vértebras irradiam nervuras para os principais valores da vida. Assim, perambular no meio de “coisas antigas” significa *out*. A indústria de equipamentos e mobiliários urbanos inventa produtos de curta duração que seduzem cidadãos desprevenidos: lixeiras (a cada um ou dois anos renovando o estoque...), abrigos de ônibus vítreos, bancos, modelos de quiosques de tudo, totens, postes, sistemas de iluminação e decoração, padrões de pavimentação autoviária e de piso para calçadas, grandes placas para dissimular a feiura das fachadas, capas vítreas que recobrem edifícios inteiros - alguns já trocam grades de arte em ferro dos jardins por painéis de vidro temperado. Vendem-se tintas para tudo, inclusive para pintar fachadas históricas com cores aberrantes. Espalham-se termômetros gigantescos para o cidadão saber que o dia está quente ou frio. Indústrias milionárias que não apenas vendem dezenas de milhares de unidades (ou milhões em alguns casos), como ainda incorporam a rotina da obsolescência programada – fenômeno iniciado em 1924 pela indústria de lâmpadas, quando seus primeiros fabricantes optaram por reduzir sua duração de 2.000 horas pela metade! E como enfrentar indivíduos pagos para arrombar vitrines (sem nada roubar) a fim de forçar o proprietário a contratar segurança privada ou telecontrolada?

A tecnologia pode produzir verdadeiras maravilhas, muitas de efetiva necessidade. A medida só pode ser dada pela justa hierarquia das carências do cotidiano, desde que o equipamento antigo já não cumpra as necessidades da modernidade. Vale o novo investimento? Ou seria melhor desviá-lo para uma necessidade mais premente? Condenamos o bonde para dar lugar aos automotores e agora os queremos de volta. O mesmo fizemos com os trens. As redes ferroviárias da Europa, América do Norte e Ásia são mais que seculares e se ampliam cada sempre. Em muitos trechos, valem por serem mais rápidas que o avião, além de quase nunca depender do clima.

Assim como cada tempo afirmou suas necessidades construtivas, o atual também pode e deve atualizar o repertório do cotidiano, mas com formas que não traiam a virtuosidade da função. Prostíbulos são dotados de formas que estão no imaginário do fogo venéreo. Catedrais, Escolas, Palácios de Justiça, Universidades devem comportar a severidade de suas funções. A perversão interestelar é que apesar de muitas áreas urbanizadas já nascerem feias, seus residentes são imantados de um estranho simetrismo que enfeia o meio ainda mais. O aspecto mais desolador e pungente do patrimônio ambiental brasileiro é que, apesar de sua coleção de ultrajes, equívocos e enxurradas de lama e lixo; de um espaço público entre os piores do planeta, entupido, loteado pela rapina; malgrado isso tudo e mais ainda, repito: a esmagadora maioria da população brasileira não dá o menor sinal se envergonhar com o trato o dispensado à sua cidade, nem com o destino de seus impostos, nem com a incompetência e corrupção olímpica da administração municipal, tornada regra, salvo raríssimas exceções.

Os meios intelectuais vêm contribuindo com diferentes aportes teóricos sobre o que devam ser várias políticas que propiciam o desenvolvimento. Nessas teorizações permanece um branco, uma ausência quase total de preocupação

com a qualidade estética, ou mais perversamente ainda, a beleza do território é vista como frivolidade!!! Espaço vivido, como bem interpreta Milton Santos, é antes de tudo infraestrutura. Precisamos de usinas de energia, cabeamentos subterrâneos, escolas, avenidas, ruas, parques, viadutos? Mas por qual razão usinas de energia, cabeamentos subterrâneos, escolas, avenidas, ruas, parques, viadutos são feitos *nas coxas*? Seus autores acreditam que feito *nas coxas* resulta mais barato? Terão os filósofos e críticos do urbano se dado conta do quanto o entendimento equivocado da estética fez do Brasil o país mais enfeado do planeta nos últimos setenta anos? Terão se dado conta do mal que a hemiplegia crítica provoca?

A noção de espaço vivido é um dos fatores básicos da Geografia e da Sociologia, e como tal não pode jamais esquivar-se dos microespaços.

Valho-me de uma definição que elaborei e procuro sempre aperfeiçoar por ser aquela cujo teor garante o patrimônio:

O patrimônio ambiental urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos, mobiliário urbano e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. Geograficamente, podem se manifestar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas

sempre transcendendo unidades de significado restrito. O conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental se materializa como o ser e o porvir.

Com poucas palavras: na impossibilidade de se praticar uma revolução urbana, a viabilização do presente conceito, processando verdadeiras manchas socialmente patrimonializadas, poderá, via contágios, ir se expandindo pela cidade até onde a sociedade tiver força de se organizar. E assim, com certeza, teríamos uma cidade mais aceitável.

CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES DA GEOGRAFIA

O título deste tópico sugere recorrer à Geografia por conta de vários enunciados estruturais que ela mesma inventou ou adotou de outras disciplinas, mas que continuam crias bem vindas à questão do patrimônio.

Alguns conceitos são basilares para o entendimento do patrimônio, sobretudo aquele que ultrapassa a condição de significado autônomo, para abarcar as relações de entorno. Trata-se especificamente do que já se convencionou denominar patrimônio ambiental urbano. Em decorrência da asserção ora citada tomo alguns desses pilares da Geografia, como seguem assinalados entre aspas:

- “Estrutura, processo, função e forma” – são enfoques aplicáveis a quaisquer unidades urbanas, dentre as quais o patrimônio ambiental, *a priori* mais importante do que um monumento sozinho, pelo menos do ponto de vista sociológico. Ou seja, um entendimento que fornece precisões sobre a concretude social, cultural e econômica espacializada que enseja a melhor intervenção possível. Pilares que explicam a evolução até sua condição atual, indispensável às intervenções;

- Em virtude das múltiplas relações desenvolvidas pela globalização, o conceito de “Região” perdeu muito do sentido de unidade bem delimitada. Desde então, surge um novo conceito da geografia, construído a partir da “solidariedade”, tão defendido por Milton Santos, isto é, dos interesses comuns que inicialmente podem não configurar contiguidade geográfica. A solidariedade é importante porque a patrimonialização de uma área implica na partilha de custos, que apenas uma associação entre pessoas e firmas permite. Considere-se, todavia que uma área degradada, mas com algum potencial qualificável, só viria a consagrar a adjetivação de ambiental mediante construções que nivelem a qualidade de forma a obter um conjunto bem entrosado. Cidade ideal seria então aquela capaz de conferir unidade ao todo urbano – historicamente muito difícil. À Geografia competiria se interessar mais pelos microespaços que é a escala onde acontece o cotidiano.

- As “redes” presentes na área de intervenção territorial (residências, comércios, instituições, etc.) evidenciam relações geralmente solidificadas, também inadvertidamente rompidas pelos processos brutais de renovação urbana. Fortalecer a rede dos pequenos é uma excelente forma de resistência solidária. Mas para isso não basta o governo oferecer um programinha de apoio ao pequeno e médio: de nada adianta se não for estabelecida, como em vários países, uma Lei que limite as grandes superfícies intra urbanas. Um novo supermercado pode eliminar grandioso número de pequenos em pouco tempo. O processo de globalização desconcertou hierarquias longamente construídas, fazendo com que a unidade fundamental, com variados graus de autonomia, se desmembrasse em múltiplas relações externas, inclusive internacionais. A região se tornou uma construção deliberada, não necessariamente produto de justaposição de territórios. A Ilha da Madeira ou Las Palmas de Gran Canária, pela proximidade geográfica, deveriam filiar-se às costas da África Ocidental –

mas não, preferiram é claro, solidarizarem-se com o Mediterrâneo setentrional, da “mãe” chamada União Europeia, que por sua vez tenta ser uma imensa região de resistência com o resto do mundo. O estudo geográfico das redes menores pode favorecer o modo de intervenção necessário à construção do conjunto patrimonial;

- A Geografia assume o princípio de que “espaço e sociedade são inseparáveis”. Isto significa que, pelo fato de as relações de força serem inseparáveis do espaço, a patrimonialização de um conjunto dependerá da equação dos interesses em questão e é aí que surgem conflitos de uso e posse do bem fundiário, mostrando que o processo é de natureza a ser bem negociada. Neste caso vale demonstrar como, geograficamente, com apoio dos códigos de Direito à Cidade, se pode equacionar as relações de força, de forma a permitir que vários segmentos cidadãos possam assinar seu espaço;

- A “abordagem holística”, aplaudida por muitos cientistas (“o mundo é uma totalidade”) vai ao encontro do conceito de conjunto patrimonial – se bem equacionado internamente em suas relações com o resto da cidade. Isto não é outra coisa senão a possível síntese derivada das negociações das relações consideradas em cada conjunto de intervenção. A esmagadora maioria de todas as áreas do conhecimento entende que sem se ater à totalidade do mundo chegaremos no máximo a análises reticentes, posto que não se pode negar o todo do qual fazemos parte. Neste sentido, como garantir a síntese, indispensável ao processo que começa com a análise, e é indispensável às ciências? Na Geografia da libertação – assim denomino o enfoque miltoniano – é preciso que estudiosos e governantes se orientem para a rosa dos ventos dos pobres: para onde apontam? Aonde criar seu espaço vivido senão numa acepção patrimonial urbana?

- O “espaço vivido” tão bem tratado por André Frémont não é outra coisa senão a infraestrutura, sem a qual não há desfrute possível de vida. Milton Santos é mais categórico ainda: *não existe democracia sem infraestrutura*. Resulta muito difícil usufruir do cotidiano num bairro, se não houver água tratada, esgotos, luz, etc. Como dotá-lo de condições de vida adequadas sem prévia identificação geográfica que fica aquém das grandes superfícies?

- Por outra mão, a defesa da “cultura local” e das culturas vernaculares, tanto quanto a noção de “residente local”, como seu “saber tradicional” se tornaram questionáveis: ainda existirão em sua pureza d’antanho? ? Em quais redutos? Para mim, esses aspectos culturais só podem existir entre os que estão bradando um forte NÃO à orgia do ocidente e é cada vez mais forte no Oriente. Gostemos ou não, os únicos que efetivamente guardam a cultura vernacular, com nuances regionais são os fundamentalistas – islâmicos, judeus e também alguns cristãos. É aí que o entendimento de Jurgen Habermas nos alerta: o homem pode defender seus interesses paroquianos, mas sem perder de vista que é um ser igualmente universal. Que “cultura local” é esta, supostamente diferenciada em quase seis mil municípios brasileiros?...

- O espaço público, ao invés de ser considerado o mais democrático de todos, é vilmente apropriado pelos grandes capitais e empresários “espertinhos”, notoriamente no Brasil e no México, dentre os latinos das Américas. É este espaço (usurado por firmas e ‘vampiros’ urbanos) que une todos os patrimônios e segmentos sociais da cidade. Ele seria o patrimônio linear no dia em que as vias forem tratadas com dignidade em toda sua rede – isto é, uma utopia cada vez mais distante porque o povo brasileiro perdeu o sentimento de vergonha. Jamais ocorreu à administração municipal brasileira a necessidade de um conhecimento detalhado dos indizíveis usos deste espaço que pudesse subsidiar seu microzoneamento. O zoneamento de grandes áreas urbanas não garante a

cidade sem a coluna vertebral do espaço público;

- O abrangente enfoque da “percepção” tem sido de vez em quando abordado por geógrafos. Em minha opinião muitos de seus trabalhos resultam limitados, talvez devido a um vício constantemente repetido por esta categoria profissional: “a Geografia é uma ciência de síntese”. Ora, se tal virtude é exclusiva da Geografia, pode-se nisso entender subestimação de outras disciplinas e de seus métodos específicos: Arquitetura, Urbanismo, Sociologia, Antropologia, História, Semiologia e Semiótica, dentre tantas outras. Ademais, um equívoco muito comum em nossos dias consiste da tendência de elaborar análises a partir de entrevistas de opinião, como se o maior número fosse necessariamente portador da verdade do todo territorial. Análises sem *quorum* estatístico, limitadas a entrevistas quase familiares, correm o grave risco de deformar a realidade. Não percamos de vista que Adolf Hitler foi democraticamente eleito pela maioria do povo alemão! A maioria não está isenta de erros crassos. Quando indagada sobre o que faltava a uma reserva patrimonial do sul do Estado de São Paulo a população entrevistada afirmou: “Falta um Shopping Center”. E agora José? Ciência de síntese apoiada em apoiada em possíveis Manés da esquina? Até um cidadão comum já sabe: jamais se consegue modificar a cidade em cada rodada de opinião! Um resultado, mesmo quantitativo, deve ser reconsiderado conforme uma Ética ou metodologias bem amadurecidas: avaliando-se as contradições até a náusea. Entretanto é preciso dosar as análises, entremeando possíveis teorizações com a empiria, a única capaz de modificar conceitos sedimentados. As reflexões importadas de outros países podem e devem ser consideradas, mas reguladas por um entendimento e conveniência local. A vida do patrimônio na Europa é extremamente diferente da brasileira. Honestamente, a interpretação da cidade dada por obras de outrem carece de novas releituras, não só porque como humanos temos nossos valores, mas também porque esses

últimos mudam com o tempo e a da própria natureza de quem opina. Como sou radical na questão da percepção, fico com um pé atrás de todos quantos opinam sobre a cidade sem tê-la rastreado com os próprios pés. Para conhecer uma cidade e sua alma é preciso vadiar muito; vadiar, em diferentes dias da semana, de dia e de noite, com sol ou chuva. É preciso andar pelos lugares pobres e mal afamados, onde as pessoas não realizam o valor do patrimônio ou nem sabem o que seja. Aí chegamos à soleira da Geografia Cultural, outro enfoque ainda grandemente desprezado pela Geografia. O último livro de Paul Claval é proverbial nas preocupações ambientais finamente trabalhadas após o Renascimento. Uma das grandes contribuições que se poderia esperar da Geografia, por sua intimidade de valorizar as análises espaciais, recai nos microespaços. Se no mundo da Mecânica Quântica nos é demonstrado que os confins do infinitamente pequeno não se comportam a explicação cômoda das leis newtonianas, o que se poderia esperar das lides humanas, sujeitas a emoções, pobreza, ignorância manifestas no acotovelamento dos microespaços?

OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PATRIMONIALIZAÇÃO

Assumir que o patrimônio é o ser e o porvir!

A sistemática descaracterização do patrimônio – vandalismo, roubo, desabamentos por causa da falta de manutenção, erosão por chuvas ou cupins, renovação urbana selvagem, tentáculos de miséria que peitam a ideia de zonas de ambiência, o acinte do comércio - tudo isso evidencia a insignificância numérica do que sobrou de civilizações construídas. Por isso o patrimônio não se reduz ao passado, e nos força a considerar também o porvir. Temos de construir excelências modernas: patrimônio e memórias para o futuro. Se sucessivas gerações afirmaram seus valores no passado, por qual razão haveremos de legar garatujas de alvenaria, nós, desavergonhados com esse

blá-blá-blá de sustentabilidade? Isso mesmo: patrimônio tem de ser o passado e o futuro! Ou a tal sustentabilidade é mais uma mentira da era do descartável;

Entender e dignificar as unidades de vizinhança nas políticas urbanas

Outrora havia nítida preferência por abordagens de bairros inteiros, entendidos como identidades territoriais, étnicas ou regionais. Minha opção pelas unidades de vizinhança se deve a que o bairro resultou social e economicamente fragmentado. É então que o já referido conceito de espaço vivido de André Frémont nos acode, especialmente como objeto de análise do uso social dos microespaços, em geral ricos em variedades e significados.

As unidades de vizinhança podem ser quaisquer que revelem formas conjuntas de sobrevivência, nem sempre asseguradas por associações formais. Um grupo se reúne tradicionalmente num local, não necessariamente na vizinhança residencial, mas num nicho urbano descoberto por aí. Assim surgem locais para troca de CDs, animais, bugigangas, paquera de cães ou gentes, o que seja. O costume repetitivo gera formas de se relacionar socialmente ou de auferir algum lucro. Quem conhece e mapeou todos esses lugares da cidade? Quem os incorporou às funções sacralizadas da vida urbana de forma a evitar colapsos? Quem procurou em seus arredores algum marco construído que pudesse resignificar a microidentidade? Ou será que só em Montmartre há pintores de valor reconhecido, pelo menos por turistas? Quais as condições ideais que contemplam a dimensão corporal do ser humano, já que moramos em nosso corpo? Como, enfim, repensar a política urbana em favor dessas unidades em sintonia com a urbe inteira? Note-se então que um espaço que começa sendo apropriado aleatoriamente pode ser requalificado e institucionalizado como patrimônio ambiental.

Cartografar o maravilhoso e o horroroso

Eis uma cartografia desafiadora num país que tem medo de falar de estética devido aos preconceitos subjetivos. No entanto, um autor de fina estirpe sociológica nos sugere uma excelente ideia: Michel Maffesoli com sua proposição de estética coletiva – algo a ser bem ponderado se quisermos dar um primeiro passo que inverta uma máxima que venho afirmando em todos os meus livros: O Brasil tem sido o país mais enfeado do mundo nos últimos setenta anos. Os mapas desta engenhosa cartografia poderão ser revoltantes. E então, quem se atreve?

E para que serve esta cartografia? Para definir prioridades políticas, claro que a partir de melhorias na periferia. Basta de iniciativas que aumentam a dualidade social que também é espacial. Mas qual periferia se esta pode ser física ou social? Qual senão todas que apresentem o mesmo estigma da desolação? E ainda há quem afirme ser o cultivo estético uma preocupação tola; que já basta essa “sociedade do espetáculo” em que vivemos! Terão cheirado cocaína para afirmar tamanho equívoco? Sociedade do espetáculo nos barrancos que desabam com uma chuva mais forte? Nas várzeas de córregos catarrosos onde crianças dividem espaços de lazer com baratas?

Ah, infinita solidão de uma obra de arte nesses sombrios trópicos!

Produzir novas teorizações sobre a cidade

O que é uma boa cidade para se viver e quais são as sugestões viáveis que a Geografia e outras disciplinas podem concretamente propor?

Criticar o Brasil é a coisa mais fácil de ser feita. Já existe monumental produção de livros, artigos e teses que, de diferentes pontos de vista, apontam para soluções. Todavia, desta evidência resultam duas faltas: a) a primeira se refere às poucas teorizações pormenorizadas às diferentes regiões brasileiras;

b) a segunda, de natureza não acadêmica, carece de diálogos da academia com os governos de todos os níveis - que se contentam de assimilar o que querem na definição de planos de desenvolvimento. Os planos poderão ser inclusive de autoria acadêmica, mas o endosso final continua sendo dos sistemas de governo. Fica faltando a expressão civil, possível pela discussão com e entre as diferentes associações que pressionam os governos com seus interesses. Governo e capital estarão sempre na berlinda, mas o aporte *técnico* é decisivo, na medida em que for entendido de acordo com sua etimologia grega: o saber fazer. O grande problema do Brasil é que se privilegia somente a política, ignorando o valor do conhecimento técnico – esse cuja ignorância resulta em desastres hediondos, crimes silenciosos que se repetem sem dar tréguas.

A necessidade de estudos pormenorizados se refere à necessidade de contrariar pasteurização forçada dessas políticas que desprezam as identidades territoriais, Resultado: num país com mais de oito milhões de quilômetros quadrados tudo acaba ficando com a mesma cara. Isto é, inconveniências às condições regionais de cultura e clima, que por si sós estão a exigir a construção de partes diferenciadas. Palácios e teatros de feitio europeu não interessam mais. No Brasil as cidades crescem assumindo fractais de São Paulo. Praia com cara de campo, campo com cara de praia e assim por diante, como argumentei longamente em meu livro *A Alma do Lugar*.

Uma condição para o aproveitamento das possíveis sínteses da Geografia ou Sociologia: como ambas praticam crítica, uma e outra são instadas a ajudar a programar a mudança. Mas o planejamento implica em imaginação; definição de estratégias adequadas aos objetivos, não possíveis em estados de pensamento sedimentados que não se abram ao que ao de melhor houver, venha de onde vier.

A SÍNDROME DE “MONA LISA”

Análises de uso de Casas de Cultura que se espalham pelo Brasil vêm revelando dois caminhos carentes de reflexão sobre o que essas entidades deveriam ser. Por um lado elas são geralmente centradas (tanto quanto podem) em grandes exposições como aquelas que permitiram à população ter acesso direto aos gênios mundiais das artes plásticas: Rodin, Monet, etc. Por outra mão, abrem-se grandemente a expressões da cultura paroquial ou regional, sempre guiadas pela exibição.

O problema evidenciado pelas atuais concepções das Casas de Cultura é de repetir funções de galerias comuns de exposição. O equívoco não está em alimentar a população com qualidade, mas de ficarem reduzidas ao ato de ver. Isto tende a favorecer a contemplação artística, um fato positivo, mas reduz a noção de cultura. Uma coisa é apreciar produções culturais, bem outra é produzir cultura, inovação, desafios comunitários.

Esta colocação em favor da hegemonia da produção cultural por parte da população se justifica mais do que nunca no contexto do *zeitgeist* da sustentabilidade frente a um povo altamente despreparado. Somos de fato admirados por nossos exímios dons musicais e futebolísticos. Mas um e outro não contemplam; não cumprem o que a cultura pode oferecer de quase todos os pontos de vista.

Eis porque, sem negar o valor das exposições comuns em Casas de Cultura, chegou o momento de valorizar a produção de cultura nesses locais, por um interesse comunitário que solucione parte de seus problemas. Vale muito mais a cultura nas casas do que Casas de Cultura; não algo que duplique a escola, mas que se torne uma escola de vida. Nesta ordem de ideias, é possível identificar várias atividades compatíveis com o princípio de socialização, como segue à

frente. Um uso não precisa ser único ou definitivo: esta opção só pode ser definida pelo meio urbanizado em que a Casa se posiciona.

Frentes pedagógicas em Casas de Cultura

Lembrete inicial: Casas de Cultura deveriam assumir missões outras numa possível edificação de valor patrimonial a ser compartilhado. Apesar dos cursos à distância, uma Casa da Cultura pode responder pela necessidade de incontáveis carências definidas por sua vizinhança: cursos de curta e média duração, simbolicamente pagos ou gratuitos; aulas de filosofia, culinária orgânica, parto natural, recuperação escolar, alfabetização de adultos, celebrações, etc. Casas de Cultura na favela? Exatamente sim: já que os empresários abatem impostos investindo nessa entidade de prestígio, então que os governos equilibrem os abatimentos de impostos possíveis entre centro e periferia! Exemplos:

a) Artes e ofícios

Comportam os mais diferentes aprendizados: costura, culinária, pintura, escultura, cinema, teatro, fotografia, etc.

b) Prestação de Serviços comunitários

Baby sitting, atenção ao idoso e deficiente, serviços de cooperação entre vizinhos, etc.

c) Práticas alternativas de saúde e bem estar

Ioga, meditação, alimentação orgânica, economia doméstica, fisioterapias, naturopatias, etc.

d) Ações cívicas

Debates sobre o destino do bairro e da cidade; cooperação junto as grandes causas comuns, etc.

e) Usos sociais

Cafeteria e “cafés filosóficos” abertos às grandes questões vitais, etc. E por que não, inclusive salão especial para festejos, em espaços que pobre algum pode dispor?;

f) Usos de interesse público

Correios, ambulatórios, filiais da Caixa Econômica, Delegacias da Mulher, do Idoso, feiras anuais de produtos comunitários postos à venda, etc. Qualquer uso de interesse comunitário de A a Z.

PRECAUÇÕES

A condição mais rigorosa a ser respeitada se refere à tolerância zero de qualquer uso político partidário ou religioso numa Casa de Cultura. Pretensões desse tipo eram exclusividades dos regimes stalinistas. Uma Casa da Cultura está a serviços de todos os cidadãos, independentemente de credos ou cartilhas. Do mesmo modo, como o bem patrimonial pertence à esfera pública, não pode ser dominado por ONGs que se vendem aos interesses políticos em troca de favores particulares. Essas organizações não governamentais podem e devem participar de atividades de interesses comum, desde que não tentem impor numa Casa da Cultura qualquer espécie de compromisso político partidário. Há vários meios de garantir sua sustentabilidade sem precisar de favores escusos dos políticos que esperam votos.

Na medida em que o patrimônio oficial é regido por sua tutela federal, estadual e municipal, trata-se de negociar os interesses locais com o órgão de direito. Deve ser lembrado que durante a gestão Carl Richbitter no Ministério da Fazenda, ele teve um iniciativa, lamentavelmente abandonada: determinou que sempre que possível, agências da Caixa Econômica Federal ocupassem prioritariamente imóveis considerados patrimônio.

Os usos acima discriminados são meros exemplos condicionantes às funções que o meio e o momento histórico possam sugerir. Não obstante, qualquer bom uso, para ser sustentável, dependerá ou de financiamentos de firmas e instituições (SENAC, SESI...) ou de taxas de cotização, restritas às necessidades do pessoal e da manutenção. Afora um gerenciamento limitado ao estritamente necessário, outros profissionais devem permanecer justo o tempo do projeto e nada mais.

SOBRE A ÉTICA DAS ASSOCIAÇÕES ANCORADAS NA ESPACIALIDADE

Quando invocamos uma ciência como a Geografia ou disciplinas envolvidas com restauração, como arquitetura e urbanismo, estamos decididamente nos servindo da bandeira da Academia. Tal endosso impõe uma ética. Outrora a Universidade era a Porta Bandeira do saber, hoje partilhado com muitas outras instituições: institutos, fundações, indústrias, autodidatas, etc. Por outra mão, são as associações de classe dos que lidam com o espaço é que dão o aval final à profissionalização que não depende unicamente do saber, mas também da Ética.

Cabe a este âmbito associativo de classe, assim como às universidades, o dever incorruptível de defender suas funções, muitas delas incluindo a ideia de patrimônio. Não obstante universidades e órgãos de classe têm permanecido omissos, esses últimos mais ainda, pois temem que o protesto contra o destino infame de intervenções que ferem o patrimônio possa impedi-los de ganhar concursos de obras arquitetônicas ou urbanísticas. Esta colocação deve ser muito bem refletida, pois a universidade vêm perdendo sua credibilidade, ainda que isto não se refira a nomes individuais de muitos de seus integrantes. A

compartimentação do saber é coisa do passado, absolutamente contra o espírito holístico pregado por todos os quadrantes. A cidade é um processo sem fim, onde qualquer saber inteligente é bem vindo. No dia em que procedermos uma enquete junto aos pobres teremos, com absoluta segurança, novas insinuações teóricas do que deva ser uma cidade! Em outras palavras, não se pode negar a alteridade em bloco, como se fossem um bando de idiotas. Temos de aprender a traduzir sua linguagem e seus valores.

É preciso de uma vez por todas que se controle a criação em sua interface com o público, pois como já dizia Lao Tse antes de Cristo, “a casa é do dono, mas a fachada é de todos”. Não se pode mais tolerar que cada um faça como e aonde quer.

Há quase um século os sociólogos Berger e Agnes Heller, afirmavam que não pode existir um território sem normas, ideia esta reconsiderada na atualidade por teóricos notáveis.

No entanto, quer me parecer que a questão mais dolorosa de preservação do patrimônio reside nos próprios cidadãos. Ninguém mais tem vergonha de viver numa cidade de vísceras expostas com todo seu nojo. É parte da “ética indolor” de que nos fala o sociólogo Gilles Lipovetsky.

É chagado o momento de honra a ser defendido a ferro e fogo pelas associações de classe que vivem em função do espacial urbano: Conselhos Regionais de Engenharia; Clubes de Engenharia; Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, recém-criados; Faculdades de Arquitetura e Urbanismo; Associação Nacional de Planejamento Urbano; Associação Nacional de Pós Graduação em Turismo, etc.

EM SUMA

O patrimônio pode ser um enfeitado dos geógrafos, mas não da Geografia. Se os geógrafos não quiserem geografizar os microespaços com vistas à qualificação, outros haverão de fazê-lo, como já acontece, embora nem sempre disponham de bom domínio metodológico sobre o espaço. De resto, se não pode existir patrimônio preservado sem uma função sustentável, sua proteção também não se efetiva sem ações políticas e cívicas contundentes.

Sim, apesar de possuir irmãos belos, esbeltos e de fina plumagem, o Patinho continua feinho e desengonçado de dar dó. Nesses tempos de célula tronco haveremos com certeza de encontrar um meio de melhorar sua prole.

BIBLIOGRAFIA

- BERGER, Peter I. & LUCKMANN, Thomas. (2005) *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. São Paulo: Editora Vozes.
- CLAVAL, Paul. (2012) *Ennobler et embellir. De l'architecture à l'urbanisme*. Paris: Les Carnets de l'info.
- FRÉMONT, Armand. (1977) *La région: espace vécu*. Paris: Flammarion.
- GOMBRICH, E.H. (2007) *Arte e ilusão. Um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- HELLER, Ágnes. (1977) *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península.
- LIPOVETSKY, Gilles. (2005) *A Sociedade pós-moralista. O crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. São Paulo: Manole.
- MAFFESOLI, Michel. (1990) *Aux creux des apparences. Pour une étique de l'esthétique*. Paris: La Table Ronde.
- SANTOS, Milton. (2008) *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp.

- WEINBERG, Steven. (1996) *Sonho de uma teoria final: a busca das leis fundamentais da natureza*. Rio de Janeiro: Rocco.
- WIRTH, Louis. (1962) “El urbanismo como modo de vida”, in *Cuadernos del Taller 9*, série Urbanismo, Sociologia Urbana y de la vivienda. Buenos Aires: Ediciones 3.
- YÁZIGI, Eduardo. (2000) *O mundo das Calçadas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Humanitas.
- _____ (2001) *A Alma do lugar*. São Paulo: Editora Contexto.
- _____ (2002) *Civilização urbana*. São Paulo: Editora Contexto.
- _____ (2006) “A conceituação de patrimônio Ambiental Urbano em Países Emergentes”. In *Revista do Departamento de Geografia e Planejamento Regional*, no. 12, Universidade Nova de Lisboa, pp. 65 a 81.
- _____ (2013) *Reencantamento da cidade. Miudezas Geográficas e devaneio*. São Paulo: CNPq/Scortecci.
- ZWEIG, Stephen. (2008) *Brasil, país de futuro*. Porto Alegre: L&PM Pocket.